

José Eugenio Guimarães

*O Livro de uma Sogra à luz das mentalidades**

*Para Alice Inês de Oliveira e Silva,
aqui e nas Inglaterras do mundo.*

* Artigo originalmente concebido como trabalho final da disciplina "Família: História, Valores e Mentalidades", ministrada pela professora Angela Mendes de Almeida para a Especialização em "Ciências Sociais no Estudo de Comunidade", do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (CPDA/UFRRJ), 1989.

I. Introdução

I. 1. Livro de uma Sogra - sumário

Rio de Janeiro, provável segunda metade do século XIX: a Capital Imperial “europeíza” gentes, idéias e espaços. Viúva independente e bem posicionada concebe a vida conjugal da filha, procurando evitar-lhe frustrações idênticas às que teve, com um plano “perenizador” da felicidade e dos desejos presentes no início da união matrimonial.

I. 2. Rio de Janeiro em Livro de uma Sogra

Contexto histórico-social

Brasil, século 19: o país, ao longo de 67 anos, tem a vida política e social regulada pelo regime monárquico-imperial. Independente desde 1822, o Estado é constituído à margem da nação. A grande propriedade rural, monocultora, escravista e exportadora de produtos primários, continua como a base de reprodução da vida econômica. O trabalho degrada quem o exerce. E’ relegado aos escravos e homens “livres”.

A elite procura um rosto para o país. O Rio de Janeiro, principal núcleo urbano, é o laboratório para a construção da identidade nacional. A Europa, sacudida pelas revoluções burguesas e liberalmente ordenada, é modelo e espelho.

Essa operação começa quatorze anos antes da Independência, quando a Corte Portuguesa, fugindo de Napoleão, chega ao Rio. A cidade de traços mouriscos vigorando nos espaços e nos costumes, passa a conviver com uma fauna de mentalidade nova, europeia, que acompanha Dom João VI em sua diáspora. As novidades obrigam à ocidentalização dos costumes e ambientes contra o que se apresentava como “atraso cultural” e “barbárie estética” (Costa, 1989, p. 53-54). Outros valores sociais entram em cena. Segundo Costa (1989, p. 104), deixa de bastar o poder de quem tinha terras, dinheiro, escravos e agregados. A “aparência física, as boas maneiras, a educação e a sofisticação do gosto” passam a contar.

No decorrer do século, após a Independência, o Rio vai estar de olhos postos na Europa. Importando idéias e valores, a elite discute Positivismo, Determinismo, Evolucionismo, Liberalismo e Racismo. Não fossem o calor e outras “coisinhas”

mais a “europeização” seria um sucesso. Mas as mudanças ocorridas eram superficiais, algo como um tapete a encobrir a sujeira da sala de visitas da casa, pois além-mar tinha-se “liberalismo”, “indústria”, “operariado”, “indivíduo” e “mercado”, enquanto aqui imperava a escravidão e a visão desabonadora do trabalho. A concentração da propriedade e dos meios de produção transmudava as lições que importávamos de Adam Smith e John Stuart Mill em “ideologia do favor”. Sim, “o favor é a norma, o favor é insuportável e fora do favor só existe miséria” (Schwarz, 1989, p. 95). Enredar-se nas malhas do favor era a única alternativa de sobrevivência àqueles que pululavam entre os extremos da ordem social. E o favor deve ser pago, de preferência com outro favor. A dívida pesava mais que a própria ciência da inferioridade social. Exigia um comportamento de fidelidade canina.

Melhoramentos urbanos, teatros, salões de festas, locais de passeio e diversão, lojas sofisticadas, empórios cortando a sobrevivência dos mascates, bancos, construção de gostosas e espaçosas vivendas, escolas de boas maneiras e belas-artes dirigidas por mestres franceses, faziam a festa de uma sociedade que, conforme palavras de José de Alencar, citadas por Schwarz (1989, p. 36), adorava

“faceirar-se pelos salões e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal que é a língua do progresso, jargão ericado de termos franceses, ingleses, italianos e, agora também, alemães (...)”.

As residências urbanas adotam o criado de origem europeia, que expulsa da cena o escravo doméstico. Este, para a elite, não poderia manejar com o devido tato “cristais, louças e porcelanas”, introjetar regras de comportamento cerimonial como maneiras formais de servir a mesa (Schwarz, 1989, p. 20) e participar da educação e formação das crianças.

Na ânsia de equiparar o Brasil “às zonas mais desenvolvidas do mundo”, operação que produzia inquestionáveis reflexos no centro urbano por excelência da época, o “fascínio do exterior” cultivado pela elite, era, para ela, “algo inevitável, constituiria o expediente possível, o único válido, a saída irrecorrível” (Sodré, 1965, p. 160). Mas, nesse período confuso de idéias importadas e mal adaptadas, enquanto a capital absorve “encargos populacionais, econômicos, políticos, militares e sociais”, modernizando-se e urbanizando-se aceleradamente, secularizando costumes, racionalizando condutas, procurando dar mais “funcionalidade às relações pessoais e mais resfriamento às relações afetivas

interpessoais” (Costa, 1989, p. 35), Sílvio Romero já conseguia distinguir a verdadeira face das coisas, constatando que apesar de tanta mudança tudo não passava de um verniz a encobrir toda a antiga estrutura que permanecia impávida, fortalecida que era por 300 anos de exploração colonial e escrava (Sodré, 1965, p. 165).

I. 3. Aluísio de Azevedo e o Naturalismo

Maranhense, nascido em 1857, o autor foi garoto precoce, desde cedo cultivando o hábito da leitura por influência da mãe. Escreveu uma tragédia em versos aos 10 anos. Foi ator infantil em peças que o irmão Arthur encenava com a idade de 9 anos. Nessa época revelou talento para a pintura e a cenografia.

Na juventude foi jornalista, atuando em vários periódicos do Rio e São Luiz. Fundou A Pacotilha, primeiro diário da capital de seu estado natal.

Foi funcionário público da Secretaria de Negócios do Estado do Rio de Janeiro e, desde 1895, como diplomata concursado do Itamaraty, ocupou postos em representações brasileiras na França, Japão e Paraguai. Foi co-fundador da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira de número 4.

Faleceu em Buenos Aires em 1913.¹

Como romancista deixou publicada extensa obra. As principais são: O Mulato (1881), romance que assinala a instalação definitiva do naturalismo no Brasil, conforme avaliação de Sodré (1965, p. 151); Casa de Pensão (1884), onde o mesmo analista reconhece um naturalismo muito bem representado em forma e conteúdo (Sodré, 1965, p. 181); e O Cortiço (1890), considerado por Sodré (1965, p. 187-188) como o auge do naturalismo brasileiro: “Grande livro, dos maiores da literatura brasileira; a obra mais verdadeira de Aluísio de Azevedo”. O autor de Naturalismo do Brasil considera Aluísio de Azevedo o melhor romancista de costumes que o Brasil teve em todo o século XIX (Sodré, 1965, p. 199).

O naturalismo nasceu na Europa durante o século 19. É irmão-gêmeo do advento da ordem industrial, da emergência do proletariado, da consolidação da burguesia, do fim do Antigo Regime e da secularização que colocou na ordem

¹ Os dados biográficos do autor foram pesquisados em Aluísio de Azevedo: Traços Biográficos, de Dirce Côrtes Riedel (in Azevedo, s. d., p. 5-6).

do dia as ciências da natureza, cujo conhecimento, acreditava-se, permitiria desvendar os segredos da vida em sociedade.

Na literatura o naturalismo repercutiu todas as transformações do cenário europeu. A razão e o apego à realidade prevaleceram sobre emoções e idealizações, decretando o fim da hegemonia romântica.

O movimento chegou ao Brasil a partir de 1870, encontrando um acirrado debate em torno de projetos republicanos, abolicionistas, imigracionistas e redentores do trabalho, embalados por idéias positivistas, evolucionistas e deterministas. No país de analfabetos tais temas faziam a delícia da imprensa.

Mas enquanto na Europa as mudanças desestruturavam toda a antiga ordem senhorial -aristocrática, “no Brasil o quadro era inteiramente diverso e adverso” (Sodré, 1965, p. 220): o monopólio da terra, a escravidão, a ética do favor e o prevalecimento da ordem privada sobre a esfera pública impediam o afloramento do indivíduo/cidadão dotado de razão, vontades e desejos. Como consequência, o nosso naturalismo continuou impregnado das fórmulas românticas que combatia, sequer tendo forças para se opor a uma sociedade desigual e injusta como vinha acontecendo nos países-berço da corrente. Ou seja: se no exterior o naturalismo era fruto de todo um conjunto de condições que propiciaram o seu florescimento, aqui ele provinha das limitações da ordem política, econômica e social.

Abordando as fragilidades do naturalismo literário brasileiro, Lúcia Miguel Pereira dirá que ele “assumiu um caráter de imposição e de disciplina formal”, não passando de observações a respeito da fisiologia dos “casos de alcova” e das patologias humanas. Passou ligeiro pelas questões sociais mais importantes do seu tempo. Adotou o

“pedantismo cientificista, o fatalismo, a mecanização dos conflitos, a escravização ao concreto cerceando o poder criador, o moralismo, a prolixidade e a declamação” (in Sodré, 1965, p. 198-199).

Amor, família e mulher, temas preferenciais, eram tratados com ares de verdade científica, com toda licenciosidade escatológica. As análises fisiológicas empreendidas tornavam o médico um personagem sempre presente, distribuindo vereditos inquestionáveis.

Quanto ao tema do amor, o naturalismo foi fundo: trouxe para o campo da ficção “os aspectos recônditos, violentos e orgânicos do amor” (Sodré, 1965, p. 136).

Dedicou-se, de preferência, à torpeza ou aos lados tristes e amargos da relação homem/mulher e da vida familiar.

A "mulher", deusa ideal do romantismo, é despida de seu mistério e transformada em "fêmea", "organismo exclusivamente apto para a procriação". As observações fisiológicas empreendidas nesse campo auxiliam a consolidação de preconceitos sobre o universo feminino: aquelas que fossem privadas do casamento e da maternidade tornar-se-iam "nervosas, desorientadas e infelizes" (Sodré, 1965, p. 178 e 182), apontando para o que, até hoje, o senso comum considera como falta de homem.

Tanta pretensão científica, tanto estudo fisiológico de "coisas" sociais, tanto proselitismo médico, acabaram transformando as criaturas humanas do naturalismo em cobaias de laboratório e Livro de uma Sogra é exemplo vigoroso disso: atentar para o exame clínico executado pelo médico César em Leandro, o pretendente de Palmira (Azevedo, s. d. p. 49). E a personagem do título (uma espécie nativa da "Preciosa" Mme. de Merteuil - a diabólica personagem de Chordelos De Laclos em Ligações Perigosas - a manipular os fios dos jogos de sedução através de regras racionais elaboradas à exaustão), o que desenvolve que não possa ser chamado de um estudo fisiológico das relações humanas, utilizando genro e filha para comprovar sua tese sobre o amor, sexo e matrimônio?

II. Valores e Mentalidades de Olímpia

1 Iahweh falou a Moisés e disse: Fala aos filhos de Israel e dize-lhes:
2 Se uma mulher conceber e der a luz a um menino, ficará impura durante sete dias, como por ocasião de suas regras (...)
3 e, durante trinta e três dias ela ficará, ainda, purificando-se do seu sangue.
4 Não tocará em coisa alguma que seja sagrada e não irá ao santuário, até que se cumpra o tempo de sua purificação".

5 Se der a luz a uma menina, ficará impura durante duas semanas, como durante suas regras e ficará mais sessenta e seis dias purificando-se do seu sangue". (Levítico, cap. 12.)

"**1**Iahweh falou a Moisés e a Aarão e disse: **2**Falai aos filhos de Israel e lhes direis: (...)".

"**18**Quando uma mulher tiver coabitado com um homem, deverão lavar-se com água, e ficarão impuros até a tarde. **19**Quando uma mulher tiver um fluxo de sangue de seu corpo, permanecerá durante sete dias na impureza de suas regras. Quem a tocar ficará impuro até a tarde. (...) **24**Se um homem tiver coabitado com ela, a impureza de suas regras o atingirá. Ficará impuro durante sete dias. Todo o leito sobre o qual ele se deitar ficará impuro. **25**Quando uma mulher tiver um fluxo de sangue de diversos dias, fora do tempo de suas regras, ou se as suas regras se prolongarem, estará durante toda a duração do fluxo no mesmo estado de impureza em que esteve durante o tempo de suas regras".(Levítico, cap. 15.)

II. 1. A sogra, ou um homem falando pela boca de uma mulher

Ser social historicamente dominado, a "mulher" é fruto de uma produção e um pensamento masculinos. O conceito de "natureza feminina" dos ideólogos burgueses encontra bases prontas desde a produção médica (de homens) da Antiguidade Clássica, passando pelos primeiros doutores (homens) da Igreja, até ser finalmente erigido como verdade absoluta por "iluminados" filósofos, moralistas, publicistas e médicos (homens) no romper da modernidade. Aluísio de Azevedo reproduz todos esses pensares e prova que em dada época não há o domínio de um tipo puro do ideal de "mulher". Conceitos os mais antigos cruzam-se com os mais recentes gerando uma produção nova. Prestemos atenção em Olímpia, que é, antes de tudo, Aluísio de Azevedo ou um homem falando pela boca de uma mulher.

Não é de se estranhar que no século XIX, no Brasil, uma mulher ocupe o centro da intriga de um romance. Nessa época, na nossa sociedade patriarcal, o "feminino" estava sendo resgatado como "mãe" e como "esposa". Aluísio de Azevedo é apenas mais um a se ocupar desse novo retrato, obedecendo a um movimento que vinha de fora, da Europa, trazendo junto uma série de outros valores como a urbanização, a burguesia e a redenção do trabalho. A mulher,

não uma qualquer, mas a de uma classe proprietária, deixará de ser candidata a matrona administradora do patrimônio de um patriarca, para ser guindada pelo discurso médico-higienizador ao posto de “criaturinha frágil, encantada, dócil, delicada e levemente ilustrada” (Abreu, 1982, p. 22), dona de uma razão prática exemplificada pela educação recebida por Olímpia (Azevedo, s. d., p. 14) - que a auxiliará a cumprir a nova missão social de esposa compreensiva e mãe amorosa, modeladora de cidadãos.

A nova mulher deverá “proporcionar sadia educação moral, intelectual e afetiva” a seus filhos; será “agente eficaz da formação de um caráter nacional dotado de qualidades sentimentais e racionais equilibradas” (Abreu, 1982, p. 8) para a grandeza do Estado. Não é mais, apenas, uma submissa apagada pelo poder patriarcal. Agora é “criadora de riquezas nacionais” (patriotas), geradora de homens física e moralmente fortes, os futuros maridos e pais (Costa, 1989, p. 72).

Praticamente, procurou-se cumprir no Brasil o programa mínimo de Fénelon² para a educação das moças (Badinter, 1985, p. 113). Além-mar elas passaram a ser ouvintes privilegiadas do discurso do novo Estado que as transformava em “responsáveis pela nação”, segundo o que pregam Verdier e outros: “as grandes nações dependiam da vontade das mães. Elas eram as verdadeiras responsáveis pela força e pela grandeza das civilizações” (Badinter, 1985, p. 185).

Olímpia realça sempre a “especial constituição física da mulher” e “seu natural estado de passividade”. Fala que a mulher “é por natureza inferior ao homem” e “sente prazer em ver-se passiva”; “simples aparelho do amor”, cujo lugar natural é o lar e a maternidade sua realização suprema (Azevedo, s. d., p. 26 e *passim*).

A concepção de “mulher” de Olímpia vem da Antigüidade: Rousselle (1984, p. 37-60), analisando esse período da história, mostra que a mulher não passava de um componente a mais de um homem, um “vaso” gerador do herdeiro do seu senhor.

São Paulo e os primeiros doutores da Igreja, referendando o Gênesis, acusam a mulher de introduzir o “pecado no mundo”, sendo a maternidade (“parirás com

² Segundo Badinter, esse programa se resumia a “um pouco de matemática (...) e de literatura clássica e religiosa (...). Rudimentos de latim e de história quando isso é realmente necessário para a moral e a religião”.

dor”) o caminho de sua redenção. Analisando o dito do referido santo, no qual ele afirma que “os maridos devem amar sua mulher como seu próprio corpo; aquele que ama sua mulher ama a si mesmo”, Aries (*in* Aries & Béjin, 1987, p. 157-158) concluirá: os maridos sendo “convidados a amar as esposas, estas são convidadas a ser submissas”, decorrendo daí que “a submissão aparece como expressão feminina do amor conjugal”, onde a função sexual deverá cumprir, sob pena de pecado mortal, apenas o ritual da procriação. Retomando os temas da continência sexual e do estoicismo do mundo pré-cristão, a Igreja confina o sexo aos limites do matrimônio, condenando-o enquanto busca do prazer e redimindo-o como fim de gerar filhos para a glória de Deus.

O alvorecer da ordem burguesa na Europa Ocidental presencia o movimento das “Preciosas” e “Sábias” (Badinter, 1985, p. 104 e passim), uma moda precursora dos modernos movimentos feministas. Elas surgem da aristocracia mas disseminam suas idéias pela sociedade que se urbanizava, para desespero dos homens. Procuravam escapar da sujeição ao casamento e à maternidade, via aquisição de educação intelectual, valorização da vida social refinada e da arte da galanteria. Questionavam o saber e a atividade pública como exclusividades de homens. Não renunciavam ao amor, mas procuravam espiritualizá-lo separando-o da relação sexual: “fazer-se desejar sem se deixar possuir”, algo que Olímpia considerará em alta conta em suas teorias sobre o “amor-razão”.

A moda choca-se com publicistas e moralistas da nova ordem burguesa. Eles investem contra essas mulheres que não amamentam e evitam a maternidade preferindo entregar os filhos a “amas mercenárias e infanticidas” (Badinter, 1985, p. 97-99)³. A reação vem na forma da redefinição do lugar da mulher em relação ao homem. Rousseau dirá que “a família é a única sociedade natural”

³ O ato de amamentar, conforme a autora, era visto como ridículo, despidorado e repugnante, uma tarefa pouco enobrecedora para ser exercida por uma dama das camadas superiores. Além disso limitava o prazer sexual e era responsabilizado por levar o marido ao adultério. Um médico da época, Moreau de Saint-Elier, foi taxativo em seu julgamento: “o cuidado com os filhos é um ato constrangedor... na sociedade”. Por outro lado, segundo Rousselle (1984, p. 60 e 69), o ato de entregar o bebê para as amas foi um hábito herdado do patriciado romano antigo. Desde essa época, “as crianças vindas à luz (...) tinham a reputação, em toda a bacia do Mediterrâneo, de não desfrutarem do menor devotamento de suas mães”.

(in Badinter, 1985, p.164) e, nesse círculo, a mulher exemplificada por Sophie⁴, deve, como esposa e mãe, “satisfazer os desejos dos maridos e as necessidades dos filhos”. Uma nova ideologia é concebida com especial atenção às mulheres, fundando no casamento, conforme Locke,

“o local privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura, tendo como ponto culminante a procriação, igualada à satisfação com a própria vida” (in Badinter, 1985, p. 178).

Sendo assim, completa Shorter:

“a maternidade deixa de ser um dever imposto para se converter na atividade mais invejável e mais doce que uma mulher possa esperar. (Surge daí) o “amor materno”, origem da criação do ninho afetivo em cujo interior a família vem se refugiar” (in Badinter, 1985, p. 179).

Na nova concepção do moralismo burguês, a mulher que se desviar das estipulações desse programa será uma “desnaturada”, uma “anormal” ou um “monstro” (Badinter, 1985, p. 186).

Sophie fala por Rousseau palavras com que Olímpia, porta-voz de Aluísio de Azevedo, concordará inteiramente: “o homem (é) criatura ativa, forte, corajosa e inteligente”. A mulher é seu “complemento (...) naturalmente passiva e fraca, tímida e submissa”. Não é dona de si, é feita para “agradar ao homem”; suportará tudo, inclusive a injustiça”, e em silêncio. Sua educação deve compreender apenas a razão prática e, como mãe, será paciente, reprimirá vontades e desejos para o bem dos filhos e conservação do lar em que reina. Mais tarde, a Renée⁵, de Balzac, levará uma vida de renúncias, “escrava” do lar e dos filhos, “dia e noite” (Badinter, 1985, p. 241-255).

II. 2. Um livro contra a família nuclear burguesa

As transformações das mentalidades familiares que ocorriam no Brasil do século XIX estão presentes no Livro de uma Sogra: O médico César perde a irmã Etelvina, uma morte que simboliza o fim das grandes famílias. Ele é o último sobrevivente de uma família extensa e numerosa (Azevedo, s. d., p. 91 e passim). Olímpia é viúva do médico Virgílio. A união de ambos ocorreu fundada mais no

⁴ Trata-se da esposa de Émile, personagem-título do livro de Rousseau.

⁵ Renée é personagem do livro *Dois Jovens Casadas*.

amor que um sentia pelo outro do que movida pelos interesses particulares das famílias a que pertenciam. O dote estava presente mas, pelo visto, as vontades individuais falaram mais alto. Olímpia e Virgílio experimentaram o começo das primeiras investidas da idéia de família nuclear burguesa no Brasil.

Enquanto a família patriarcal era fundada sobre uma estrutura de membros indiferenciados, situados em relação de total dependência ao chefe do patrimônio, a nova família valorizará os sentimentos, a individualidade dos seus componentes e o convívio íntimo entre eles (a nucleação pai, mãe, filhos), deixando os "estranhos" (escravos, agregados, outros da parentela e clientes) à margem. A casa torna-se um ambiente aconchegante, confortável, formada de peças independentes e adequadas ao desenvolvimento da intimidade e da privacidade. Nesse mundo reflexo da urbanização, os pais passam a dar atenção ao desenvolvimento sentimental dos filhos. "O amor entre eles torna-se a energia moral responsável pela coesão familiar" (Costa, 1989, p. 86-88), cumprindo-se assim a meta burguesa do "lar doce lar"⁶. Nesse local tornado sagrado, segundo Mauzi,

"o burguês transforma-se no feliz habitante deste mundo (realizando o) sonho do século que é proporcionar sem esforço a inclinação e a virtude. Ele ama a ordem e a harmonia que vive de modo imediato (...). Só conhece do amor a dedicação conjugal que se estende até seus filhos. Mas isso lhe basta, e ele toma a precaução de encerrá-la cuidadosamente em casa, ao abrigo das tentações e das distrações" (in Badinter, 1985, p. 175).

Mas Olímpia contraria Mauzi. Afinal, segundo ela, seu casamento resumiu-se a um inferno, a prisão amesquinhadora das almas e dos corpos, tornando o lar

⁶ Segundo Angela Mendes de Almeida (1987, p. 57-58 e 63-64), as condições estruturais do Brasil (escravismo, desorganização dos setores médios, poder privado dos grandes senhores proprietários, urbanização incipiente) não eram propícias à idéia de família nuclear burguesa: "a família rural transplantada para as cidades do século XIX havia sofrido modificações superficiais. Mas a mentalidade estruturada sobre o patriarcalismo continuava a ser dominante. Essa idéia importada não encontra, portanto, uma tábula rasa. Tentam aclimatá-la ao Brasil - a obra de higienistas e médicos será um desses canais -, mas a realidade local resiste e tenta apoderar-se da idéia esotérica, domá-la e colocá-la a seu serviço, moldando-a ao cerne da realidade anterior. (...). O aburguesamento das famílias constitui inicialmente mais um verniz superficial, atingindo parte dos hábitos das elites urbanas, mas sempre coexistindo com o substrato da nossa formação engendrada antes do século XIX. É de desse casamento que nasceu a nossa família conjugal atual".

o local do sufoco. A “velha” alega que o modelo burguês é contrário às leis da natureza, pois escraviza o marido, anulando-o, rebaixando-o a um medíocre preocupado com questões banais, submetendo-o ao egoísmo da mulher que tudo faz para proteger o espaço sagrado do lar. “Caseiro, metódico, pacato, previdente, dispondo de recursos para manter a família”, Olímpia pergunta: “o que esse pacóvio bom-marido burguês recebe em troca de sua bondade?”. “A felicidade de ser pai”, ela mesma responde. No mais, encontra-se perdido em meio ao tédio e obrigações maçantes (Azevedo, s. d., p. 24).

E a mulher? Esta não deve procurar na maternidade o único motivo de uma felicidade completa, diz Olímpia (Azevedo, s. d., p. 29): ela também padece do modelo de casamento “antinatural” burguês. Com o tempo, será para o marido apenas a “companheira”, a “velha”, a “madama”. E ambos tornar-se-ão o lugar comum, o “papel queimado”, o “feijão com carne-seca”. O lar converte-se em abrigo de “dois míseros infelizes, dois perdidos para a vida, dois inimigos rancorosos condenados a viver na mesma casa, a comer na mesma mesa, a dormir na mesma cama!” (Azevedo, s. d., p. 24, 45 e 60).

Palmira e Leandro não repetirão a experiência matrimonial de Olímpia. Para a sogra o amor conjugal morre com a convivência, pois tenta conciliar o impossível: o “amor-paixão” (sexual, sensual, conjugal, carnal) com o “amor-moral” (razão, espiritual) (Azevedo, s. d., p. 45).

II. 3. “Amor-paixão” versus “amor-moral”

Olímpia conclui que “o homem não deve ter comunicação carnal com a mulher que ama (espiritualmente)”: “o esposo do corpo não pode ser ao mesmo tempo o esposa da alma”. Os cônjuges se tornam “moralmente incompatibilizados pelo amor físico”. Se pudessem viver juntos “sem a menor preocupação dos sentidos seriam eternamente felizes e cada vez mais se amariam (num) estado de pureza inquebrantável e límpido como um diamante. Seria esse o único casamento eterno!” (Azevedo, s. d., p. 93-95).

Mas Olímpia não quer privar Palmira dos prazeres sensuais pois, se são instintivos, são de Deus, merecendo respeito já que pertencem à esfera do sagrado. Daí, o casamento que ela concebe para a filha visa exclusivamente a realização desse amor-sensual.

Olímpia está sintonizada com São Paulo. Ele limitou o sexo à esfera do casamento, considerando pecado a relação ocorrida fora dos limites desse contrato pois,

conforme o santo e o registro de Jean-Louis Flandrin (*in* Aries & Béjin, 1987, p. 135), o matrimônio preserva o pudor. Porém, para a protagonista de Aluísio de Azevedo, o amor conjugal é frágil e não é fortalecido pela convivência. Como sede da realização dos prazeres da carne está sujeito a paixões e caprichos, a altos e baixos. Tem um início febril, um florescimento e um fim. Para a felicidade de Palmira cumpre não deixar o amor-sensual morrer, renovando-o sempre, mas dentro do espaço delimitado pela união-conjugal.

Baseando-se nas interdições do Levítico, Olímpia concebe um matrimônio onde os cônjuges estarão afastados em determinadas ocasiões: a gravidez, o pós-parto, durante os ciclos menstruais e na amamentação. São as mesmas ocasiões que a Igreja considerou proibitivas para a junção sexual (Almeida, 1988, p. 5). Esses períodos estarão guardados pela higiene, pois os “odores” e “humores” ameaçam perigosamente o vínculo sensual arrefecendo os desejos, sentencia Olímpia (Azevedo, s. d., p. 17-19 e *passim*). O seu plano conjugal faz do casamento a ocasião em que a mulher não será a “simples esposa”, mas a “esposa feliz”, sexualmente realizada, “amada como uma amante”, gozando de todos os prazeres da carne sem os inconvenientes da censura social que cercearia uma relação extra-conjugal caso as frustrações a levassem a ferir o laço nupcial assim que o casamento burguês estivesse condenado pela convivência forçada⁷.

O outro amor, o moral, o “verdadeiro”, segundo Olímpia, pois fundado na razão e nos sentimentos, levando em conta a amizade e a ternura, é, na verdade, fruto de uma concepção burguesa de casamento que procurava respeitar as vontades individuais e o direito à felicidade de cada um, conforme Badinter (1985, p. 176). Mas, como já visto, o casamento burguês, para Olímpia, fere a natureza humana. Logo, ela concluirá que aquele amor deverá ser buscado fora dele, que é, exclusivamente, o ponto de explicitação dos instintos carnis. Em seu leito de morte ela exorta a filha e o genro a procurarem “cada um (...) o seu amigo, o amado do seu espírito”. Ambos eram companheiros da carne, agora

⁷ Pobre Palmira! Não terá um marido como companheiro mas, apenas, um homem que - pobre Leandro! - reduzido a garanhão, a procurará para nela extravasar o seu apetite sexual acirrado pelos períodos de afastamento do tálamo. A sua felicidade carnal a reduz a mero receptáculo do prazer de Leandro, e ela ainda terá que cuidar dos filhos e do lar (N. A.).

“vá cada um de vocês dois (...) buscar o esposo de sua alma fora o bem longe do leito matrimonial, com os olhos bem limpos da luxúria, com a boca despreocupada de beijos terrenos, com o sangue tranqüilo e o corpo deslodado das preocupações carnis! Minha filha - toma um amante - para teu espírito! Meu filho - elege uma amiga - para teu coração de homem” (Azevedo, s. d., p. 103).

Quais mentalidades fundamentam essa idéia de Olímpia?

1. A “velha” devolve à cena o ideal da continência e do estoicismo da Antigüidade greco-romana. O “amor-razão” é a sua redefinição, pois sua característica higienizadora racionaliza os prazeres carnis culpados de prejudicar o corpo se praticados descontroladamente. Na Roma Antiga, os médicos a serviço do patriciado, faziam a pregação da continência: os homens deviam preservar-se castos para o casamento. O excesso de atividade sexual, além de prejudicar o corpo, segundo a crença, por ela também não favorecia a formação de um herdeiro saudável para o patrimônio. Os continentes eram considerados portadores de um esperma de qualidade superior, “grosso e abundante”, carregado de bom pneuma para a perfeita geração do herdeiro. Esse deveria nascer dentro do matrimônio legal. Os que viessem à luz fora dele não poderiam herdar (Rousselle, 1984, p. 30-33 e 54).

No Brasil de Olímpia a normatização da família patriarcal empreendida por médicos e higienistas caminha por trilhos idênticos mas com outro significado: contra as práticas desregradas de sexo do patriarca e seus filhos homens, os nossos sucessores de Soranos, Galeno e Oribase procuraram limitá-lo ao quarto conjugal. Colocaram o amor no campo da biologia, significando instinto de reprodução, algo que não poderia ser controlado mas “domesticado e reorientado para fins sociais”. Procuraram racionalizar as relações amorosas, controlando os impulsos da paixão e amainando os efeitos negativos dos pecados da carne (os filhos bastardos). Apenas o sexo limitado aos cônjuges legais poderia gerar cidadãos, patriotas para a grandeza do Estado. Se na Roma Antiga os médicos, junto aos detentores do patrimônio, tinham como objetivo reproduzi-lo via herdeiros legais, aqui, os nossos doutores atuando na domesticação da ordem privada patriarcal e patrimonial, procuraram fazer com que ela gerasse apenas herdeiros legais, cidadãos para a grandeza do Estado, conforme colocações de Costa (1989, p. 64-66 e 70).

2. O “amor-razão” de Olímpia também está em harmonia com a “moral cristã” que desconfiava dos “prazeres da carne”, aprisionadores do corpo, “impedindo-o de se elevar na direção de Deus”. Se o sexo era tido como pecado

mas essencial para gerar filhos para a glória de Deus, cumpria limitá-lo ao interior do casamento direcionando-o apenas para aquele fim. Praticá-lo como busca do prazer significava a condenação da alma, o que pode ser confirmado em Flandrin (*in* Aries & Béjin, 1987, p. 135-136).

Olímpia, movida mais por uma moral da sociedade que propriamente cristã, também limitará o sexo ao matrimônio mas, em contrapartida, ela não enxergará os prazeres sexuais como pecaminosos: vê-os como dados dos instintos a gozar das bênçãos de Deus. Palmira se casará para tê-los em toda a plenitude.

3. Finalmente, o “amor-razão” sintoniza Olímpia com um padrão aristocrático de vida, que cultivava a prática da conversação, as regras da boa convivência e as normas da civilidade (o bem viver, a etiqueta, o bem falar, a boa educação), algo que foi introduzido no Brasil com a chegada da Corte de Dom João VI. Diz Aries (1986, p. 239) que a sociedade aristocrática do século XVII privilegiava “a amizade que era uma relação mais intensa que as demais”. Daí a importância dada à conversação, (considerada uma arte) e às regras da convivência. Nestas, os assuntos familiares e domésticos deveriam ser excluídos pois, conforme um manual de civilidade da época, “erram aqueles que não tem nada na ponta da língua, além de sua mulher, seus filhinhos e sua ama”. E cabe lembrar, conforme já exposto no texto, que a *rebelião* das “Preciosas” e “Sábias” valorizou ao máximo aqueles prazeres mundanos de que falou Aries, e que eram vistos como exclusivos de homens. O bem viver dessas mulheres originadas da aristocracia levou-as a conceber o amor como uma relação entre espíritos e não entre corpos: “faziam-se desejar sem se deixar possuir”, como afirma a obra de Badinter (1985, p. 104, 105, 110 e 118).

II. 4. O prazer feminino e a procriação

Olímpia acredita que o prazer sexual é condição da maior importância para se gerar um filho perfeito. O sexo prazeroso (“perfeito ato de amor”) prevalece sobre os requisitos físicos dos parceiros. Como ela acha que no modelo burguês de casamento a fascinação do sexo fenece após o nascimento do primeiro filho (devido a uma relação que envolve “odores” e “humores”, portanto considerada pouco higiênica, o amor que o pai sentia pela esposa é substituído pelo amor ao rebento), o herdeiro seguinte não terá tantos privilégios como aquele: Gastãozinho, que sucedeu Palmira, teve saúde e constituição física lesadas

pois fora concebido no “período de desilusão dos cônjuges” (Azevedo, s. d., p. 33-34). “Conceber sem amor” (prazer sexual) resulta, para Olímpia, em “má-gravidez e mau-parto; quando não produz o aborto que é a legítima indigestão do amor” (Azevedo, s. d., p. 78).

Rousselle (1984, p. 41-42) revela que as antigas mulheres gregas acreditavam na impossibilidade da concepção se não tivessem prazer na relação sexual. Elas consideravam o desejo e o gozo femininos essenciais à reprodução. Estavam de acordo com as sistematizações contidas n’*O Corpo Hipocrático* mas não com Aristóteles que, inclusive, negou a idéia corrente (que sobreviveu até recentemente), de que a mulher emite uma semente (um espermatozóide feminino) no momento do orgasmo.

Essa discussão foi retomada quando a Igreja sistematizou a moral cristã. Alguns clérigos defenderam Aristóteles, outros, *O Corpo Hipocrático*. O debate que se seguiu apontou para um meio termo:

“concluíram que existe uma semente feminina no momento do orgasmo, que ela não era necessária para a concepção (...) mas ajudava muito e tornava a criança mais bela (...). Porque Deus teria dado o prazer feminino se ele não tivesse utilidade para a reprodução da espécie?” (Rousselle, 1984, p. 42)⁸.

Acabaram relativizando o efeito pecaminoso do prazer, ainda mais que o conceberam como dom divino, fato que pode ser considerado uma vitória para as mulheres dessa época e dos períodos seguintes.

II. 5. Palmira não passará pela “clássica” lua-de-mel

A lua-de-mel foi traumática para Olímpia, um “bárbaro ritual” do qual ela se lembra com pavor: conduzida junto com Virgílio para a alcova, ambos acompanhados de suas respectivas parentelas, desnudados frente a todos os olhares e postos sobre o tálamo para a devida consumação do matrimônio. O sexo que sua formação romântica concebera como prazer tornou-se constrangimento, ato “imoral e vicioso” cercado de formalidades a tirar a espontaneidade da relação, envolvendo os parceiros no ridículo e no terror,

⁸. Sobre esse mesmo assunto pode-se também consultar Jean-Louis Flandrin (in Aries & Béjin, 1987, p. 140-141).

não permitindo o essencial período de transição para a irrupção dos desejos (Azevedo, s. d., p. 61-64).

Palmira e Leandro vivem uma época em que a mentalidade do casamento vai deixando de ser um negócio de famílias que permutam seres pela expansão do patrimônio para tornar-se um ato regulado por indivíduos que se amam. Eles fariam sua própria lua-de-mel, bem como a hora e o lugar para casar seus desejos; não repetiriam o "ritual medieval" que Olímpia amargou. Ninguém precisaria comprovar a "realização dos fatos"; não teriam o grande momento de que fala Aries (in Aries & Béjin, 1987, p. 165), aquele cerimonial privado das grandes famílias tornado público pela presença necessária de uma comunidade a testemunhar a união.

II. 6. O médico, amigo de todas as horas que atua em todas as frentes

César Veloso não é apenas médico. É muito mais: é amigo, conselheiro, cúmplice e confidente. Palmira dará sobre ele um veredito definitivo: "era para a família menos um estranho que um parente" (Azevedo, s. d., p. 96). Leandro o respeitava como a um pai. Foi o fiel auxiliar de Olímpia na construção da "felicidade matrimonial de Palmira". Será um vigilante da saúde dessa união na ausência da "velha". São raros os momentos em que não está presente.

No Brasil de Olímpia os médicos desempenhavam o mesmo papel normalizador de gentes, espaços e regras de conduta como vinham fazendo seus colegas nos nascentes estados burgueses da Europa, onde, ao menos formalmente, já se falava a língua dos "todos os indivíduos são iguais perante a lei" e notava-se a distinção entre o "público" e o "privado". Mas aqui a desigualdade era a norma, impedindo a consolidação da ficção liberal-burguesa.

O Estado brasileiro era constantemente questionado pelos interesses privados das grandes famílias proprietárias, detentoras de irrestritos poderes de mando sobre os deserdados da ordem. As pessoas não giravam em torno do "leviatã hobbesiano", mas de vários outros leviatãs particulares, as grandes famílias formadoras de parentes e não de cidadãos (Costa, 1989, p. 47). Era preciso domar essas famílias aos interesses do nosso "Estado Patrimonial". Os médicos são convocados a auxiliar na execução dessa operação.

Desenvolvem uma estratégia muito semelhante à dos seus predecessores do Mundo Antigo: não falam para todos os homens nem para todas as famílias, mas para um “homem particular”, membro de uma família de posses. Elaboram suas “teorias e regras de vida para uma clientela bem delimitada” (Rousselle, 1984, p. 28 e 36). Se na Roma Antiga, dizia Oribase, “um homem (...) bem constituído” deve estar sob controle de “um médico hábil” desde o primeiro instante do seu nascimento se quiser conservar a saúde e ser feliz, gerando, por conseguinte, saudáveis herdeiros para seu patrimônio (Rousselle, 1984, p. 20), aqui, os médicos, conquistando efetivamente os corações e mentes das famílias (com atitudes que os valorizam profissionalmente, criando o mito de um saber absoluto, exclusivo, e elevando-se ao posto de “quase da família”) convencem-nas, através de um discurso pouco inteligível para os leigos, que antes de tudo é saudável física e moralmente ser um cidadão, amar a Pátria antes da família. Para tanto, o médico ajudava a quebrar a antiga estrutura familiar que indiferenciava seus membros, fazendo-a valorizar sua intimidade e a vida privada de seus componentes. Determina que a casa, os utensílios e os cômodos devem realçar a individualidade de quem os utiliza.

Mais que desenvolver uma operação de nacionalização e “estatização” das famílias, o médico executa uma estratégia de - segundo Costa (1989, p. 63) - “reeuropeização” dos costumes via “prescrições higiênicas” que pregam a abolição de condutas consideradas socialmente inaceitáveis e a valorização de novos hábitos e conceitos de trato corporal, sentimental e social. Desenvolve uma “nova moral de vida e de corpo”. Classifica “as condutas lesa-Estado” (falta de patriotismo, ausência de civilidade etc.) como antinaturais e anormais”. Torna verdadeira “a idéia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado” (Costa, 1989, p. 63).

Nesse novo discurso abalador dos pilares da antiga estrutura familiar, o pai começa a perder importância e, conseqüente, o poder patriarcal sofre suas primeiras fissuras. Os médicos elevam o papel da mulher: ela deixa de ser simplesmente a administradora do patrimônio e converte-se em “esposa” e “mãe”, uma educadora a incutir hábitos saudáveis nos futuros cidadãos amantes da Pátria.

Com a ascensão da mãe, os filhos até então criados na carência dos afetos, também ganham importância. Passam a ser depositários do “amor materno”, ocupando o centro de todas as atenções. A saúde da prole estará sob fiscalização permanente da mãe e controlada de perto pelo atencioso médico da família.

Este passa a ocupar o lugar que na família patriarcal era reservado ao padre (Costa, 1989, p. 73 e 77).

O “reeuropeizado” Rio de Janeiro de Olímpia é um centro urbano que estimula o convívio. A casa da personagem está aberta para recepções em todas as quartas-feiras. Nada parece lembrar que a cidade é capital de um país escravocrata.

Os médicos contribuíram para a urbanização e “aburguesamento” acelerado da cidade. Eles se imiscuiram em todos os setores da vida social e exerceram as mais diversas funções. Foram “arquitetos, urbanistas, demógrafos, pedagogos, psicólogos, sociólogos e assistentes sociais” (Costa, 1989, p. 114). Atacaram a arquitetura de herança colonial: o tipo das edificações, fechado ao mundo, não era coerente com o clima tropical. Às custas de proteger o mundo privado da família patriarcal tornou-se insalubre, doentia, quente, escura, abafada, úmida e sufocante, pouco aprazível para a saúde e a higiene. Seu padrão mourisco tornava tudo e todos isolados do mundo; não favorecia o intercâmbio afetivo de seu meio interno e nem franqueava a comunicação desse com o exterior. Seu mobiliário pobre e mal trabalhado era, segundo Costa (1989, p. 79-110), pouco condizente com o padrão de vida burguesa que se queria implantar.

A atuação médica racionaliza os espaços domésticos à europeia. A casa tem suas janelas abertas para o mundo e para o sol. Seu cômodos e dependências são redesenhados de forma a condenar a promiscuidade mas fazendo aflorar a discrição e a intimidade tão essenciais ao moderno sentimento de família. O novo ambiente doméstico, reduzido em suas dimensões, exige uma nova família formada exclusivamente pelo núcleo pai-mãe-filhos, imune às perturbações de escravos, agregados e clientes. Mas a valorização da intimidade não significa o isolamento da família em seu próprio interior. A nova casa sabe, agora, separar a vida mundana, a vida privada e a vida profissional, podendo desenvolver uma nova sociabilidade com o meio externo. Sua sala-de-visitadas se abre para convidados de festas e recepções, além de ser o espaço de reuniões domésticas em geral. Na sala-de-jantar, (mais íntima e familiar), pais e filhos aproveitam a ocasião de juntos saciarem a fome para fortalecer laços de união e cultivar hábitos de civilidade. A moderna convivência é acompanhada de uma nova etiqueta fundada na polidez do tratamento carinhoso: “mãezinha”, “paizinho”, “filhinho”, “minha querida”, “meu amor”, “amorzinho”, “benzinho”, etc.

Esse é o mundo de Olímpia. A obra de Costa descreve todo o processo de adoção desses novos valores, algo que ele chamou de "colonização" da família brasileira. Aries nota comportamento idêntico na Europa Ocidental cujo processo de aburguesamento iniciou-se dois séculos antes (Aries, 1986, p. 258-267).

II. 7. O criado toma o lugar do escravo

Não há escravos no mundo urbanizado de Olímpia. Não fosse uma breve alusão a eles, por ocasião da chegada à fazenda onde Palmira e Leandro passam a lua-de-mel (Azevedo, s. d., p. 63), os menos avisados teriam a impressão de que nem existiam mais no Brasil. *Livro de uma Sogra* soube evitar a presença de negros, considerados, nessa época, a "mancha vergonhosa" de um país atrasado que almejava o progresso e a civilização pela "reeuropeização", ou, em outras palavras, o branqueamento da população. Excluí-los foi a solução encontrada.

Mas os criados estão marcando presença nos lares urbanos. Olímpia goza de seus serviços e o Dr. César também. Eram a marca de uma "reeuropeização" de viés aristocrático. Muitos eram de origem européia, bem mais cultos que a "prata da casa" que os contratava. Tê-los era sinal de refinamento social. Além disso, no interior do novo lar higienizado, o escravo passou a ser visto como uma ameaça, estimulador de vícios e corruptor da saúde, companheiro considerado que era dos "miasmas", insetos, maus-ares, maus-hábitos" e portadores de "defeitos morais". Eram acusados de não pertencer à humanidade, pois "não tinham amor, pátria, família e amigos". Os negros passaram a ser culpados de uma série de mazelas, esquecidas que eram as condições sociais que as produziam. Esse discurso discriminatório e excludente obedecia à lógica de um mundo que incorporava valores considerados urbanos, entre os quais o "trabalho livre". Por essa época, campanhas conscientizadoras vindas na crista dos movimentos abolicionistas procuravam redimir o trabalho, até então tido como apanágio dos socialmente inferiores e cuja presença feria a pretensa consciência liberal das cidades e lares. Contra um personagem tornado indesejável e que passou a prejudicar o sadio desenvolvimento das crianças educadas na intimidade familiar, surgiram preceptores e governantas, criados encarregados de civilizar os modos de seus patrões, educar seus filhos e "reeuropeizar" suas casas (Costa, 1989, p. 124-127).

II. 8. Olímpia, Leandro e o favor

Leandro casa-se com Palmira. Eles se amam. Olímpia gostou do seu tipo e o médico César confirmou suas qualidades físicas e morais. Mas Leandro era pobre, um reles funcionário de repartição pública. A sogra convence-o a entrar para o comércio e, para tanto, o financia. O genro torna-se negociante bem sucedido na praça, mas ele sabe muito bem que tudo o que é deve a Olímpia. Qualquer rompimento com a sogra que o favoreceu em seu sucesso de homem de negócios, ou qualquer deslize com Palmira a quem ele favorece (e indiretamente a Olímpia) com o prazer, será sua ruína e também sua morte. O matrimônio de Leandro foi armado como uma relação de favor. A “velha” faria o favor de ampará-lo financeiramente e ele retribuiria proporcionando felicidade a Palmira.

II. 9. Mulher, machismo e violência

O ranço machista que impregna todo o Livro de uma Sogra aflora com força no início do capítulo 10 (Azevedo, s. d., p. 43): Olímpia (mais de nunca Aluísio) faz alusão à violência de que são vítimas as mulheres na formação social brasileira, patriarcal e escravista. Chega a perdoar os agressores. Acha que “as mulheres ordinárias não desgostam de ser batidas por seu homem”. Acha também que a agressão “é prova de falta de respeito e brutalidade” mas, para ela, é perdoável, pois é uma expansão do ciúme de quem “naturalmente” manda (o homem) e o que é o ciúme a não ser o “sinal do amor”, poderia Olímpia dizer, confirmando algo já exaustivamente referendado pelo senso comum.

Referências bibliográficas

- Abreu, Sérgio França Adorno de. *Liberdade do corpo, prisão da alma: mulher e cidadania na sociedade brasileira do século XIX*. São Paulo, s. e., 1982, mimeo.
- Almeida, Angela Mendes de. *Casamento, sexualidade e pecado: os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII*. *Ler História*, n. 12, 1988, p. 3-5.
- _____. *Cidadania feminina, família patriarcal e violência doméstica no Brasil*. *Presença*. Rio de Janeiro, *luperj*, n. 8, set./1986, p. 108-116.
- _____. *Os manuais portugueses de casamentos dos séculos XVI e XVIII*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, *Marco Zero*, v. 9, n. 17, 1988-1989, p. 191-207.
- _____. *Maternidade e cidadania: uma encruzilhada para as primeiras feministas*. *Comunicação à Anpocs*, 1985, mimeo.
- _____. (org.). *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo;: Editora Universidade Rural Itaguaí: UFRRJ, 1987.

- Aries, Philippe. História social da família e da criança. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- Aries & Béjin, André (orgs.). Sexualidades ocidentais, 3. ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1987.
- Azevedo, Aluísio de. Livro de uma Sogra. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s. d.
- Badinter, Elizabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. 5. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- Costa, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar, 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- Edições Paulinas. A Bíblia de Jerusalém. São Paulo, Paulinas, 1985.
- Freyre, Gilberto. Casa-grande & senzala, 4. ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1943.
- Ratto, Izabel Maria Ribeiro. A Família Nuclear Burguesa Numa Abordagem dos Sentimentos. Itaguaí, UFRRJ/ICHS/CPDA, 1988, mimeo.
- Rousselle, Aline. Pornéia: sexualidade e amor no mundo antigo. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Schwarz, Roberto. Ao vencedor as batatas, 3. ed. São Paulo, Duas Cidades, 1988.
- Sodré, Nelson Werneck. O Naturalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

Palavras-chave: naturalismo literário; Aluísio de Azevedo; mulher.

José Eugenio Guimarães é mestre pela UFRRJ/CPDA.

Estudos Sociedade e Agricultura, 1, novembro 1993: 47-68.